



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 003

QUARTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 19.^a SESSÃO, EM 5 DE JANEIRO DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Presidente do Supremo Tribunal Federal

— N.º S/01/82 (n.º 87/81-P/MC, na origem), encaminhando ao Senado Federal cópia das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n.º 93.838-9, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade dos artigos 34 a 38 da Lei n.º 575, de 19 de dezembro de 1975, do Município de Sales Oliveira, daquele Estado.

1.2.2 — Comunicação

— Do Sr. Senador Lourival Baptista, que se afastará do exercício do mandato de Senador, a fim de assumir o cargo de Secretário da Educação e Cultura do Estado de Sergipe.

1.2.3 — Requerimento

— N.º 4/82, de autoria dos Srs. Senadores Octávio Cardoso e Nelson Carneiro, de homenagens de pesar pelo falecimento do Embaixador Batista Luzardo. **Aprovado**, após usarem da palavra no encaminhamento de sua votação os Srs. Senadores Octávio Cardoso e Nelson Carneiro, tendo o Sr. Presidente se associado às homenagens prestadas.

1.2.4 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Ofício n.º S/2/82 (n.º 826/81, na origem), do Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, solicitando autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor que menciona para o fim que especifica.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.5 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado n.º 1/82-Complementar, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviços de saúde.

1.2.6 — Requerimento

— N.º 5/82, de autoria do Sr. Senador Lomanto Júnior e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão em data a ser oportunamente marcada, seja dedicado a homenagear a memória do ex-Deputado Cunha Bueno. **Aprovado**, após usar da palavra no encaminhamento de sua votação o Sr. Lomanto Júnior.

1.2.7 — Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO SIMON — Homenagem póstuma ao Embaixador Batista Luzardo. Quadro político do Estado do Rio Grande do Sul, com vistas às eleições de 1982. Reforma eleitoral pretendida pelo Governo.

SENADOR MARCOS FREIRE, em explicação pessoal — Sobre indagação feita pelo Senador Pedro Simon, em seu discurso, atinente à pauta dos trabalhos do Senado no período de 21 a 31 de dezembro de 1981.

SENADOR DIRCEU CARDOSO, em explicação pessoal — Fidelidade dos fatos narrados pelo Senador Marcos Freire, em sua explicação pessoal.

SENADOR LÁZARO BARBOZA, em explicação pessoal — Posição assumida por S. Ex.^a na sessão extraordinária do Senado, realizada dia 28 de dezembro último, objeto dos pronunciamentos dos Senadores Marcos Freire e Dirceu Cardoso.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE, em explicação pessoal — Sentido de aparte dado por S. Ex.^a a discurso proferido pelo Senador Teotônio Vilela, na sessão de ontem, a propósito de citação feita pelo Senador Lázaro Barboza em seu pronunciamento.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução n.º 4/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de "quorum" após usarem da palavra os Srs. Dirceu Cardoso, Luiz Cavalcante e Dinarte Mariz.

— Projeto de Resolução n.º 5/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de "quorum" regimental para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução n.º 6/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de "quorum" regimental para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução n.º 38/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de "quorum" regimental para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução n.º 60/81, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ 128.968.800,00 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de "quorum" regimental para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução n.º 101/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió (AL) a elevar em Cr\$ 130.213.939,45 (cento e trinta milhões, duzentos e treze mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros e quarenta e cinco centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de "quorum" regimental para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução n.º 102/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a elevar em Cr\$ 526.716.000,00 (quinhentos e vinte e seis milhões, setecentos e dezesseis mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de "quorum" regimental para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução n.º 99/81, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 966.300.000,00 (novecentos e sessenta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de "quorum" regimental para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução n.º 188/81, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.435.641.087,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e um mil e oitenta e sete

cruzeiros). **Apreciação adiada** por falta de "quorum" regimental para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução n.º 92/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Arari (MA) a elevar em Cr\$ 4.228.000,00 (quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de "quorum" regimental para o prosseguimento da sessão.

- 1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO
- 2 — MESA DIRETORA
- 3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARLAMENTARES
- 4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 19.^a SESSÃO, EM 5 DE JANEIRO DE 1982

1.^a Sessão Legislativa Extraordinária, da 46.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PASSOS PÔRTO, GILVAN ROCHA, ITAMAR FRANCO E JUTAHY MAGALHÃES

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Bernardino Viana — Helvidio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Itamar Franco — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Valdon Varjão — José Fragelli — Mendes Canale — Affonso Camargo — José Richa — Lenoir Vargas — Paulo Brosard — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

N.º S/01/82 (n.º 87/81-P/MC, na origem), de 18 de dezembro de 1981, encaminhando ao Senado Federal, cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n.º 93.838-9, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade dos artigos 34 a 38 da Lei n.º 575, de 19 de dezembro de 1975, do Município de Sales Oliveira, daquele Estado.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte

Senado Federal, 5 de janeiro de 1982

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao disposto no art. 43, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, a partir do dia seis do corrente mês, me afastarei do exercício do mandato de Senador pelo Estado de Sergipe, a fim de, nos termos do estabelecido no artigo 36 da Constituição, assumir o cargo de Secretário da Educação e Cultura do Estado de Sergipe, para o qual fui nomeado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, conforme Ato publicado ontem, 4 de janeiro, no Diário Oficial do Estado.

Atenciosas saudações, — **Lourival Baptista.**

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência tomará as providências necessárias à convocação do suplente do nobre Sr. Senador Lourival Baptista.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 4, DE 1982

Requeremos, na forma regimental, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Embaixador Batista Luzardo:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 5 de janeiro de 1982. — **Octávio Cardoso — Nelson Carneiro.**

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O requerimento que acaba de ser lido depende de votação em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Octávio Cardoso, para encaminhar a votação.

O SR. OCTAVIO CARDOSO (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faleceu, no primeiro dia deste ano, na Cidade de Porto Alegre, o ilustre embaixador, político e ex-Deputado Baptista Luzardo. Faço este registro pesaroso, na certeza de que o Rio Grande do Sul e o País entendem haver perdido um de seus melhores filhos.

Médico, advogado, jornalista, político, mas, especialmente, revolucionário, o Embaixador Baptista Luzardo marcou, com a sua presença, 50 anos da História Política do Rio Grande e do País. Revolucionário de 1923, inconformado com o continuísmo de Borges de Medeiros, jovem ardoroso, talentoso, foi para o campo da luta empunhando arma em defesa da liberdade, da democracia, da representatividade, da temporariedade dos mandatos. E, assim, de 1923 em diante, Baptista Luzardo participou, conspirando ou na atividade revolucionária, de todos os eventos políticos importantes desta Pátria. O que é admirável, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que, tão jovem, portador de dois títulos, de advogado e de médico, com uma profissão tranqüila pela frente, a que escolhesse, sendo inclusive de família abastada, dedicou-se de corpo e alma, com uma intrepidez notável, à atividade política e dela não saiu, não descansou enquanto entendeu válidos os seus esforços em favor do Estado e do País.

Foi dos principais articuladores da união no Rio Grande do Sul, de republicanos e federalistas; membro ilustre do Partido Libertador, realizou o que Assis Brasil chamou de milagre, o milagre da união em favor da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República.

Da campanha que realizou no País inteiro, a sorte das urnas e das armas todos sabemos, e não tardou, com o seu espírito inquieto e revolucionário, em 1932, a afastar-se do Presidente Vargas para ficar com a Revolução Constitucionalista de São Paulo.

É verdade que em 1937 apoiou Vargas, mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, certos homens existem que precisam ser julgados através de uma contabilidade rigorosa de sua vida, e de Baptista Luzardo não importa que tenha errado nesta parte, mas certamente errou sempre pela ação, nunca pela omissão, homem corajoso, talentoso e desprendido como era.

Reconciliou-se com Vargas; continuou, todavia, a sua luta. Deputado Federal por 16 anos, tribuno dos mais brilhantes, foi homem verdadeiramente devotado à sua vocação de político.

Penso por isto, Sr. Presidente, que é digno das homenagens desta Casa.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Pois não.

O Sr. Aderbal Jurema — Quero associar as minhas palavras às do representante do Rio Grande do Sul, quando evoca a figura quase lendária de Baptista Luzardo. Tinha eu 17 anos, quando Baptista Luzardo chegava ao Recife na caravana da Aliança Liberal. Embora estivesse em campo oposto, fui para a rua ouvir o grande tribuno. Ainda na hora em que o Brasil chora esse grande morto, ecoa nos meus ouvidos aquela frase que despertou nos pernambucanos os mais sagrados anseios de liberdade e de justiça, quando Baptista Luzardo, voz de trovão, como V. Ex.^a conheceu, da sacada de um prédio numa praça do Recife — do Recife que ouviu Castro Alves dizer “a praça é do povo como o céu é do condor” — gritou para a multidão de recifenses e pernambucanos: “Quem vem lá”. E ele depois respondia com aquela mensagem que sacudiu o País e que terminou na Revolução de 1930. Por isto, nobre Senador Octávio Cardoso, quero que conste do seu pronunciamento a palavra de Pernambuco, que também chora o tribuno de Rio Grande que por alguns momentos foi tribuno nitidamente, autenticamente pernambucano.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Muito grato pelo aparte de V. Ex.^a, nobre Senador Aderbal Jurema.

Realmente, Baptista Luzardo, foi praticamente compelido a entrar na luta, porque, indo para Uruguaiana, sua cidade natal, exercer a profissão de médico, acabou-se envolvendo na política para combater o que chamava arbitrio insuportável do então intendente de Uruguaiana, o também ilustre gaúcho General Flores da Cunha.

O Sr. Almir Pinto — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Com muito prazer.

O Sr. Almir Pinto — Eu tive oportunidade de estar duas vezes com Baptista Luzardo. Ainda jovem, deputado estadual recém-eleito pelo meu Ceará, conheci-o em Maranguape, ele acompanhando Getúlio Vargas, e, então, perguntei-lhe qual a situação da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República. Ele me disse: “Meu filho, você vai votar nele?”. Respondi-lhe que ia votar em Cristiano Machado. Disse-me ele: “Pois saiba que já perdeu”. Nunca esqueci dessa passagem. Depois, recentemente, integrando uma delegação do Senado Federal, juntamente com os Senadores Cunha Lima, José Lins e Martins Filho, estivemos com ele exatamente na sua terra natal, Uruguaiana. Nós integrávamos aquela delegação da Comissão de Segurança da Câmara Federal em visita às cidades gaúchas fronteiras, onde estavam as tropas federais sediadas, e ele se encontrava, nobre Senador, no aeroporto de Uruguaiana, aguardando a nossa chegada. Após recepcionar a caravana parlamentar que visitaria sua terra natal, foi conosco para o almoço e, no final, saudado pelo Deputado Milton Brandão, do Piauí, ele quis agradecer aquela saudação. Rememorou todo o seu passado de político, as suas lutas, e sempre com um pouquinho de crítica, com aquela sátira muito interessante, ele dizia: “na verdade, sei que já estou perto da sepultura, mas nem dela eu tenho medo; marcharei para ela com a mesma altivez com que fiz tudo na minha vida, para isto não me faltará coragem”. Gravei bem estas últimas palavras, porque parecia até que ele estava se despedindo dos parlamentares brasileiros naquela visita que fazíamos a Uruguaiana. Quero, justamente, associar-me, em nome do meu Estado do Ceará, a essa homenagem que V. Ex.^a presta ao seu grande e inesquecível conterrâneo Baptista Luzardo.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sou muito grato à associação que faz o ilustre representante do Ceará a esta homenagem a que, entendo, Baptista Luzardo é merecedor de parte dos brasileiros que se interessam pela vida política.

Mas eu dizia que Luzardo, praticamente, foi compelido para a atividade política. Chegava a sua cidade para o exercício da Medicina e desde logo, divergindo politicamente do Intendente, acabou entrando na luta pela imprensa e daí à luta política e até à proposta de duelo foi um passo. Luzardo passou a trabalhar em prol do seu partido e já da sua candidatura. E cita muito orgulhoso que na Convenção do Partido Libertador, em São Gabriel, pode receber desvanecido os aplausos, o reconhecimento de Assis Brasil e de Fernando Abbot.

Luzardo, realmente, foi uma alma inquieta e um homem do qual muitos poderão divergir, mas ninguém poderá negar-lhe o ideal. Não foi um revolucionário apenas na palavra; não foi um revolucionário apenas na idéia; não foi um revolucionário apenas no seu jornal, *A Nação*: foi, especialmente, um homem que empenhou a sua vida, com imensa coragem pessoal, no campo da luta,

como Chefe do Estado Maior de Onório Lemos e participando de todas as revoluções até 30. Homem admirável, efetivamente, por este seu aspecto de despreendimento. E ele disse em certa oportunidade, com muita modéstia, que era o último dos caudilhos, porque muita gente da sua época já não vivia.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Pois não. Com muito prazer.

O Sr. Lomanto Júnior — Nobre Senador Octávio Cardoso, lamento interromper o brilhante discurso de V. Ex.^a, nessa justa homenagem que presta à figura extraordinária de Baptista Luzardo. Mas não poderia deixar de, em nome do meu Estado e no meu próprio nome, associar-me às homenagens que V. Ex.^a presta àquela grande figura. Conheci-o no gabinete de Simões Filho, quando acompanhava a caravana do Presidente Getúlio Vargas, nos idos de 1950, concorrendo à Presidência da República. Fui, pelo velho Simões, apresentado àquela figura que logo me impressionou, aquele físico e aquele espírito que se associavam, assim, para impressionar, à primeira vista. E, à medida e ao longo do tempo quem dele se aproximasse, se tornaria, por certo, seu admirador. Participei daquela conversa e tive a melhor impressão daquela figura que conhecia apenas à distância e através da imprensa. Tempos depois, há dois ou três anos, visitando Porto Alegre, encontrei-o já não mais com aquele físico fulgurante dos idos de 1950, mas a inteligência era a mesma, o poder de comunicação era o mesmo. Conversamos longamente, tiramos fotografia, assistimos juntos, durante todo o tempo, o desfile da famosa Exposição de Esteio. Guardo dele, de quem, posso dizer, fiz-me amigo, ou pelo menos tornei-me seu admirador, a impressão de um homem que se devotou à causa pública, de um homem que se deu à política, de um homem que passou a integrar essa família de desgraçados, segundo Octávio Mangabeira, a família dos políticos, dos que diuturnamente expõem a sua dignidade, a sua honra ao pelourinho da maledicência pública. Associo-me às homenagens que V. Ex.^a presta ao político Baptista Luzardo, ao grande tribuno Baptista Luzardo, ao homem que, ao seu tempo, pôde representar aquela liderança maiúscula no Rio Grande do Sul, ao homem de coragem cívica e física. Associo-me, portanto, a essas homenagens. Junto às palavras brilhantes de V. Ex.^a este modesto aparte.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sou muito grato ao nobre representante da Bahia, Senador Lomanto Júnior, que com a sua intervenção avaliza estas palavras, um tanto desalinhas, com que presto a homenagem do meu Estado ao Embaixador Baptista Luzardo.

Mas eu dizia que Luzardo, na sua modéstia, afirmava ser o último caudilho, porque muita gente da sua época já não vivia e, depois de 1930, o Rio Grande do Sul ficou quieto. Desta forma, não houve oportunidade para surgir novos caudilhos. A verdade é que Luzardo brilhou, não porque inexistissem ao seu redor figuras de brilho, mas brilhou e impôs-se, apesar delas. Eram do seu tempo Assis Brasil, Oswaldo Aranha, João Neves, Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso, tantos outros que enriqueceram a constelação política do Rio Grande. E Luzardo era uma figura fulgurante.

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Ouço o aparte que me foi solicitado pelo nobre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso — Nobre Senador Octávio Cardoso, se, por um lado, lamento que a estréia de V. Ex.^a se faça no Senado, nesta oportunidade, V. Ex.^a que veio precedido, da Assembléia do Rio Grande do Sul, como um dos brilhantes espíritos da atual geração de políticos, lamento que V. Ex.^a, hoje, faça o necrológico da grande figura de Baptista Luzardo, um dos homens que formaram aquela florada de oradores magníficos que o Rio Grande nos mandou, como disse V. Ex.^a, com João Neves, com Oswaldo Aranha, com Lindolfo Collor; esses oradores marcaram uma época na história da eloquência parlamentar e política em nosso País. Acadêmico de Direito, frequentava as tribunas populares da velha Câmara no Rio de Janeiro, e lá ouvia os arroubos de eloquência gaúcha que, quando o chicote do minuano dardejava nas colinas do Rio Grande, nós, das galerias daquela Casa, vibrávamos com a oratória empolgada e empolgante de João Neves da Foutoura, de Oswaldo Aranha, de Baptista Luzardo, de Lindolfo Collor, de Maurício Cardoso e de outros grandes nomes. Portanto, associo-me a essa homenagem que V. Ex.^a presta a Baptista Luzardo, àquele que a crônica de sua época chamava o “centauro dos pampas”. Aquele célebre tribuno, criador daquela célebre oração, que todos nós conhecíamos na nossa mocidade: “Quem vem lá? É o Rio Grande unido e forte, é a Paraíba pequenina e forte, é a Minas indômita e vitoriosa”. Esta foi a frase lapidar que marcou uma época nos Anais da História política e na tribuna dos comícios em nossa Pátria. Associo-me a essa homenagem. Eu quando acadêmico, nunca poderia esperar que aquele homem que eu ouvia na Câmara, pudesse um dia fazer parte dos Senadores que homenageiam hoje a sua memória. Associo-me às homenagens que o Rio Grande presta a Baptista Luzardo, um dos últimos caudilhos, como seu admirador, como aquele

acadêmico que se embestia na sua palavra de eloquência, que vibrava naquele plenário da velha Câmara, sacudindo as tribunas. E é, portanto, com muita emoção que presto também a minha solidariedade ao Rio Grande e a V. Ex.^a, nesse necrológico que faz do grande tribuno Baptista Luzardo.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sou muito grato a V. Ex.^a, nobre Senador Dirceu Cardoso, que associa o Espírito Santo às homenagens que o Rio Grande presta a Baptista Luzardo.

O Sr. Jorge Kalume — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Com muito prazer, nobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Sou oriundo de um Estado que é o Acre, ligado por laços afetivos ao Rio Grande do Sul. Não só por isso, mas também pela admiração que sempre nutri pelo inolvidável Baptista Luzardo, é que desejo associar-me a essa homenagem que V. Ex.^a presta a sua memória. E, neste momento, quando se fala num homem como Baptista Luzardo, me faz lembrar Victor Hugo, como um dia escreveu; que certos homens quando morrem não desaparecem de todo da face da terra, ficam com a cabeça de fora, olhando as gerações e os séculos passarem. Muito obrigado.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, nobre Senador Jorge Kalume, que enriquece este modesto pronunciamento.

O Sr. Dinarte Mariz — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Concedo, com muito prazer, o aparte ao nobre Senador Dinarte Mariz.

O Sr. Dinarte Mariz — Como um homem de 1930 na Aliança Liberal e de 1930 na Revolução, quero me congratular com V. Ex.^a pela homenagem que presta a uma das figuras mais eminentes do nosso País, principalmente da sua época, o Embaixador Baptista Luzardo. Conheci-o depois da Revolução de 1930, era um jovem provinciano e tomava conhecimento das caravanas da Aliança Liberal e, em Natal, onde Luzardo passou, chefiando uma caravana, houve um incidente em que perdeu a vida um popular, num tiroteio havido em pleno comício onde ele se encontrava presente. E, apesar de a história ter revelado que o Governador não teve nenhuma cumplicidade no acontecimento, naquela época, todos atribuíram o incidente à política contrária do Governador que era, aliás, meu parente próximo, o ex-Governador Juvenal Lamartine, um homem muito forte, mas tinha sido companheiro e colega de Câmara de Luzardo e não seria possível atribuir a ele, de boa fé, a autoria do atentado à caravana de Luzardo. Mas, devo dizer que aquilo, naquela época, nos apalxonou, principalmente aos mais jovens, a quanto mais violência existia na Paraíba. E por onde a caravana passava, mais estimulado nos sentíamos, os mais moços, em continuar exaltados a defender as idéias da Aliança Liberal. Luzardo era, sem dúvida alguma, um dos grandes líderes do movimento e foi maior ainda na conspiração — realmente já houve aqui algumas citações a respeito — quando ele começou a sua campanha interrogando: "Quem vem lá? Quem vem lá?" E ele mesmo respondia: "Parece que já estou ouvindo o tropel da cavalaria gaúcha". Era isso que estimulava os mais jovens a se identificar com as idéias revolucionárias, já que a fase eleitoral havia passado. Ele foi, realmente, a grande figura da sua época. Lembro-me de quando o acompanhava, em Natal, um padre da Paraíba, um grande talento, e na hora da saída, da partida do trem, com um ambiente muito carregado, ele soltava uns versos e frisava: "Aos matadores do povo, bravos heróis caricatos, deixamos como lembrança o pó de nossos sapatos." Então, aquilo fez época. E quem fez parte da Revolução de 1930, não foram só os políticos, mas principalmente, os militares, os jovens militares daquela época. E Luzardo encarnou o sentimento de rebeldia e de reforma, naquela época, tão aspirado pelo povo brasileiro.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sou muito grato, nobre Senador Dinarte Mariz, pela associação que faz V. Ex.^a

Realmente, Sr. Presidente, não sei de pessoa que tenha, na sua época, no Rio Grande do Sul, empolgado tanto a alma popular dos jovens, quanto Baptista Luzardo, pelo seu idealismo, pelo seu ardor, pelo seu civismo, pela sua coragem e pelo risco pessoal que sempre empreendeu nas suas ações.

O Sr. Pedro Simon — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Com muito prazer, nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon — Em primeiro lugar, quero dizer da grande alegria em viver com um companheiro de lutas acadêmicas, de vida universitária nos caminhos do Rio Grande do Sul, que tenho certeza, honrará esta Casa, o Senado da República, representando o nosso Rio Grande. E, em segundo lugar, para dizer que não há dúvida que V. Ex.^a fala em nome de todo o Rio Grande do Sul, no momento em que presta uma homenagem tão justa a esse nome que representou algo de tão extraordinário na vida política, não apenas do Rio Grande, mas na vida política brasileira. Minhas

felicitações pela oportunidade e pelo brilho do pronunciamento de V. Ex.^a Sr. Senador.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sou muito grato ao aparte do nobre Senador Pedro Simon, meu companheiro de Assembléia Legislativa em duas legislaturas e companheiro, também, de lutas acadêmicas. Muito honrado, portanto, com o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Lenoir Vargas — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Pois não.

O Sr. Lenoir Vargas — Nobre Senador Octávio Cardoso, no momento em que V. Ex.^a cumpre o doloroso dever de, como representante do Rio Grande, expressar o sentimento da sua terra, que é o sentimento nacional, de pesar pelo falecimento de Baptista Luzardo, quero deixar incluído no seu discurso uma palavra de Santa Catarina, tão vizinha, tão próxima e tão vivida da existência legendária de Baptista Luzardo. A última vez que com ele estive foi por ocasião do encontro do Presidente Viola com o Presidente Figueiredo na cidade de Uruguaiana. Creio que já nonagenário, Luzardo mantinha, apesar dos anos, o mesmo aplomb, ereto, empertigado e aquele olhar de águia daqueles que pairam nas alturas e que estão sempre dispostos a contribuir com a sua parcela, pela forma que seja, no sentido de dar altitude à vida pública da sua Nação. Por isso, como disse, incluo o pesar de Santa Catarina nas palavras brilhantes com que V. Ex.^a homenageia esse grande homem público, essa legendária figura, essa expressão tão legítima, tão próxima, tão somatória das qualidades e das virtudes do povo do Rio Grande do Sul.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sou muito grato, nobre Senador Lenoir Vargas, à associação que V. Ex.^a faz de Santa Catarina a essa homenagem a Baptista Luzardo.

O Sr. Nilo Coelho — V. Ex.^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Nobre Senador Nilo Coelho, terei muito prazer em ouvi-lo.

O Sr. Nilo Coelho — Senador Octávio Cardoso, eu quero me incorporar ao discurso de V. Ex.^a, para trazer a solidariedade da Maioria e, também, fazer uma evocação pernambucana porque, Baptista Luzardo, na geração de hoje, ainda tem presente a campanha da Aliança Liberal. Os discursos do Teatro Santa Izabel e do Forte de Cinco Pontas ainda são ouvidos e repetidos, hoje, com o catecismo democrático, porque não mudou nada, tudo o que era dito naquela época é a mesma pregação de hoje. Portanto, a lição de Baptista Luzardo é a mesma que nós devemos ter presente nos dias de hoje.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sou muito grato ao aparte de V. Ex.^a, nobre Senador Nilo Coelho, que associa Pernambuco também a essa manifestação.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Ouço, com muito prazer, o nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Senador Octávio Cardoso, conheci Baptista Luzardo há pouco tempo, durante uma excursão pelos Estados do Sul, em visita às instalações do Exército; conheci-o durante um almoço que nos foi oferecido em uma das unidades militares de Uruguaiana. Talvez tenha sido um dos momentos de grande emoção da minha vida. Durante esse almoço, aquela figura imensa levanta-se e abre os braços como se fosse um grande pinheiro da sua terra, e ouvimos então a sua voz, que julguei parecer com o farfalhar do vento nas folhas do pinheiro. O velho Baptista Luzardo não se deixou abater pelos anos e fez-nos, então, um discurso vivo, emocionado, belo e atual, e eu compreendi por que o Brasil tanto admira a figura exemplar que foi Baptista Luzardo. Nesse momento que V. Ex.^a, com toda a razão, o homenageia depois de sua morte, incorpore ao discurso de V. Ex.^a a minha admiração pelo povo gaúcho, fazendo-o sentir que uma grande parte dessa admiração ali chega através do grande homem, do homem exemplar e exemplo de amor patriótico que foi Baptista Luzardo.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sou muito grato a V. Ex.^a, nobre Senador José Lins.

Concluo, Sr. Presidente.

Efetivamente enfocou muito bem o nobre Senador Nilo Coelho, quando falou na luta permanente de Baptista Luzardo e na atualidade dos seus ideais. Ele foi um homem que lutou pela liberdade, pela democracia, fazendo uma revolução que acabou vitoriosa, porque reformou a Constituição. Dizia ele que queríamos uma reforma da Constituição, que queríamos a legislação eleitoral nas mãos da Magistratura, queríamos o voto secreto, o voto feminino, a prática da democracia. Tudo isso que não conseguimos em 1923, perseguimos em 1930 e se pode acrescentar: é a luta permanente dos democratas, é a luta permanente dos liberais, é a luta permanente de todos os que desejam encaminhar definitivamente este País no rumo da democracia. (Muito bem!)

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro para encaminhar a votação.

O SR. NELSON CARNEIRO (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Devo inicialmente uma explicação ao nobre Senador Octávio Cardoso. Não o interrompi porque longo seria o meu aparte e preferia eu trazer o meu depoimento que aqui desejo consignar nos Anais da Casa.

Em 1929 ou 1930, Sr. Presidente, era eu estudante de Direito na Bahia e um dos ardorosos defensores da Aliança Liberal. João Baptista Luzardo com Raul Bittencourt e outros chegaram numa manhã ensolarada de domingo à velha Capital. Aquele tempo, o progresso ainda não havia derrubado, não havia destruído a Rua do Colégio, de que todos nós que conhecemos a velha Bahia temos saudades. A Rua do Colégio, o Monsenhor Paiva Matos assim a descrevia: "A primeira avenida da Pátria por onde o Brasil passou, criança ainda, de livros debaixo dos braços para se alfabetizar no Colégio dos Jesuítas".

Vínhamos todos nós de braços dados pela Rua do Colégio. No alto, numa sacada, uma linda baiana batia palmas, e aquele ardoroso homem público que se chamou Baptista Luzardo, num gesto gaúcho, mostrando a generosidade do seu coração, o seu apreço e a sua admiração pelas coisas belas arrancou o cravo da lapela e jogou para a jovem baiana. Daí fomos para o comício no Terreiro de Jesus; em exatamente dez ou onze horas da manhã. Na caravana estava um outro ilustre gaúcho: Raul Bittencourt. Na hora exata em que Raul Bittencourt iniciava o seu discurso, o qual seria seguido por Baptista Luzardo quem encerraria o comício, começaram a tocar os sinos das cinco igrejas que vivem, ilustram, demoram no Terreiro de Jesus e que V. Ex.^a muito bem conhece: a Catedral, São Pedro, São Domingos, São Francisco e São Francisco Xavier, as cinco igrejas.

Nesse momento, Raul Bittencourt simbolizando o pensamento de todos aqueles que lutavam na Aliança Liberal citou uma frase que até hoje soa nos meus ouvidos: "Os sinos hoje tocam a opressão, amanhã tocarão a aleluia da Pátria!"

Sr. Presidente, são passados muitos anos, mais de cinquenta anos, e ainda os sinos continuam soando nos meus ouvidos à espera da aleluia da Pátria!

Sr. Presidente, porém, não foi só esse encontro com Baptista Luzardo. Ocupo esta tribuna para lhe prestar um preito de gratidão, para renovar-lhe um agradecimento. Em 1935, eu estava no Rio de Janeiro, deportado em 1932 pelo Governo baiano, por haver participado do Movimento de 22 de Agosto em favor da reconstitucionalização do País. Entre os meus companheiros de cárcere, na Casa de Detenção estava o jovem já vitorioso escritor Ribeiro Couto.

Mas, em 1935, eu era um jovem advogado sem clientela e um jornalista que vivia em jornais que me pagavam apenas em vales. E como nunca tive nenhuma ligação com o DIP e nem com nenhuma organização posterior ou semelhante, eu vivia as dificuldades do momento. E pensei, então, que só poderia estabilizar a minha vida, se encontrasse um emprego no *Jornal do Brasil* ou *Jornal do Comércio* que naquele tempo pagavam corretamente os seus empregados.

Ribeiro Couto preparou o meu encontro com Barboza Lima Sobrinho e Adhemar Vidal. E nós quatro nos reunimos na Taberna Carioca, no Rio de Janeiro.

Nesse momento, Barboza Lima que era o Redator Chefe do *Jornal do Brasil* disse-me que só havia um jeito de eu entrar no *Jornal do Brasil*: Eu teria que fazer uma grande reportagem, um furo! Disse-me que João Neves estava chegando para liderar a Oposição. Eu conhecia João Neves, pois havia feito comícios com ele, na Bahia, em 1930. Fui ao escritório de Baptista Luzardo na Esplanada do Castelo, onde João Neves se encontrava. Mas ao chegar tive o primeiro desencanto: no elevador que eu deveria subir, ia descendo Assis Chateaubriand que era, sem dúvida, a grande figura do jornalismo brasileiro, naquele momento. Estava certo de que o furo eu não daria; o furo já havia sido dado a Assis Chateaubriand. Subi. Baptista Luzardo acolheu-me com aquela efusão d'alma que era uma das suas características e com a mesma gentileza me acolheu João Neves. Fui a João Neves e expliquei-lhe que o que desejava era uma entrevista. Ele me disse que teria imenso prazer, mas lembrou-me que na *Gazeta do Rio*, de Azevedo Amaral eu havia escrito um artigo protestando contra o fato de o Governo não lhe haver permitido vir assistir aos funerais de seu pai. Mas, me dizia João Neves: "Eu acabo de negar a Assis Chateaubriand a antecipação do discurso que vou pronunciar, do discurso inaugural." Sai pela outra sala e o Luzardo me perguntou: "Que tal?" Eu disse: "Olhe, a resposta do Neves foi esta". Ele

me disse: "Não pode ser". E voltou a João Neves e lhe disse: "Neves, o Nelson precisa dessa entrevista para conseguir o emprego". E, aí, João Neves vinha andando de um lado para outro na sala e me ditou a entrevista, a qual eu levei pressuroso a Barboza Lima Sobrinho e que no dia seguinte saiu entrelinhada na 4.^a página do *Jornal do Brasil*, naquele maio de 1935 que era então, a 4.^a página mais importante do matutino. E graças a isso eu ingressei no jornal. Hoje, tantos anos decorridos, quase cinquenta anos dessa atividade jornalística, quis o destino que eu vivesse bastante para, desta tribuna, prestar este preito de gratidão àquele eminente homem público, àquele generoso coração, àquele grande amigo, e também prestado por este meu nobre Senador Octávio Cardoso. Não quis interromper o seu discurso, Senador, para não me alongar em um aparte tão extenso. Quero, aqui, entretanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, testemunhar a oportunidade que o destino me deu, já depois dos 70 anos, de poder prestar a Baptista Luzardo, neste momento em que ele já desapareceu do rol dos vivos, a homenagem que sempre lhe prestei em vida. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Mesa, além de cumprir a deliberação do Plenário, se soma às homenagens que são feitas nesta tarde ao eminente Embaixador Baptista Luzardo, um revolucionário de todos os tempos que, além de ter representado as melhores tradições gaúchas foi, sem dúvida alguma, se não o último caudilho, mas uma das últimas expressões da Revolução de 1930, em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência recebeu, do Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Ofício n.º S/2, de 1982 (N.º 826/81, na origem), solicitando, nos termos do item IV do artigo 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos), para o fim que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça, devendo sua tramitação iniciar-se em 1.º de março de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19:00 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei n.º 28, de 1981-CN, que estabelece normas para a realização de eleições em 1982, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 1, DE 1982-COMPLEMENTAR

Acrescenta dispositivo à Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviços de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É acrescentado ao art. 12 da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. As entidades sindicais de trabalhadores rurais colaborarão com as autoridades da previdência social rural na fiscalização dos serviços de saúde, inclusive no que se relaciona com o fiel cumprimento dos convênios."

Art. 2.º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Tenho a honra de submeter à consideração da Casa o presente projeto, sugerido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus, com base nos seguintes argumentos de justificação:

Muitos absurdos presentemente cometidos, no setor da prestação de serviços de saúde da previdência social rural, poderiam ser evitados se fosse dada autoridade fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, eis que esses são os maiores interessados no eficaz desempenho do serviço.

Casos existem de trabalhadores rurais que são constrangidos a pagar serviços que deveriam receber gratuitamente, por exemplo, em virtude de mera cobiça de certos profissionais.

Com o sindicato fiscalizando a prestação do serviço de saúde, isso dificilmente ocorreria.

Sala das Sessões, 5 de janeiro de 1982. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR N.º 11, DE 25 DE MAIO DE 1971

Art. 12. Os serviços de saúde serão prestados aos beneficiários, na escala que permitirem os recursos orçamentários do FUNRURAL, em regime de gratuidade total ou parcial, segundo a renda familiar do trabalhador ou dependente.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O projeto que vem de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes, devendo sua tramitação iniciar-se a 1.º de março de 1982.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 5, DE 1981

Nos termos do art. 185 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão em data a ser oportunamente marcada, seja dedicado a homenagear a memória do ex-Deputado Cunha Bueno.

Sala das Sessões, 5 de janeiro de 1982. — Lomanto Júnior — Passos Pôrto — Moacyr Dalla — José Lins — Almir Pinto — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Lenoir Vargas — João Lúcio — Saldanha Derzi — Nilo Coelho — Helvidio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Este requerimento terá votação imediata.

O Sr. Lomanto Júnior — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lomanto Júnior, para encaminhar a votação.

O SR. LOMANTO JÚNIOR (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ontem o eminente Senador Nelson Carneiro registrou o falecimento do saudoso parlamentar Antônio Sylvio da Cunha Bueno; outros parlamentares se associaram às homenagens daquela grande figura da política paulista e brasileira.

Sr. Presidente, ao requerer que o Senado marque uma sessão especial para que se preste uma homenagem ao Deputado Cunha Bueno, eu o faço na convicção de que estaremos prestando uma homenagem a uma figura que honrou o Parlamento brasileiro.

Ligado a Cunha Bueno por laços de uma amizade de mais de trinta anos, fui surpreendido, quando já reunido estava com a família em Salvador, para comemorar a passagem do ano novo, fui surpreendido — repito — com a terrível e triste notícia do seu falecimento. Afastei-me, em companhia de minha esposa, imediatamente, do convívio do lar e me dirigi a São Paulo, a fim de prestar as últimas homenagens àquele dileto amigo. Ainda cheguei a tempo de vê-lo, embora inerte, já não mais aquela figura trepidante, aquela inteligência privilegiada que todos nós conhecemos; era a figura inerte — repito — do companheiro admirável que, aos 63 anos de idade, encerrava a sua vida,

Quem conheceu Cunha Bueno, estimado por todos, desde o mais modesto funcionário destas duas Casas do Parlamento brasileiro até o mais exponencial dos seus representantes, quem conheceu Cunha Bueno, repito, pode guardar na memória aquela figura que exerceu com dignidade a sua função, que fez da vida pública um sacerdócio, que deu-se de corpo e alma à política, sofreu os seus reveses, foi injustiçado, mas, por certo, receberá dos seus pósteros o reconhecimento pelo grande trabalho que realizou.

O Sr. Saldanha Derzi — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Deputado à Assembléia Constituinte de São Paulo, exerceu por mais de uma vez a representação do povo paulista, na esfera estadual. Deputado Federal por várias vezes, a sua palavra, o seu trabalho, a sua persuasão, o seu entusiasmo contagiavam a quantos dele se cercavam. Cunha Bueno pode ser citado como paradigma dos que exerceram com dignidade a função pública.

Concedo o aparte ao nobre Senador Saldanha Derzi.

O Sr. Saldanha Derzi — Nobre Senador Lomanto Júnior, quero, em nome da Bancada do Estado de Mato Grosso do Sul no Senado,

associar-nos à homenagem que V. Ex.^a presta àquele grande, extraordinário homem público que foi o Deputado Cunha Bueno. Realmente, era um homem de uma dedicação extraordinária, de uma capacidade impressionante, como V. Ex.^a grande municipalista neste País, em que a bandeira do municipalismo tremulava bem alto, quando Cunha Bueno presidia aquela organização. Foi nosso colega na Câmara dos Deputados, e toda aquela Casa tinha uma especial admiração pela dedicação, pelo senso de equilíbrio, pelo patriotismo, pelo espírito público, sobretudo pela grande capacidade de trabalho que tinha Cunha Bueno. Muito justa a homenagem que V. Ex.^a presta, em nome desta Casa, àquele grande Parlamentar brasileiro.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Agradeço a manifestação...

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOMANTO JÚNIOR — ... do Senador Saldanha Derzi, que, em nome da sua Bancada, associa-se às justas homenagens que desde ontem esta Casa vem prestando à memória do grande parlamentar que foi Cunha Bueno.

Concedo o aparte ao nobre Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro — Em nome da Bancada do PMDB, eu desejo inserir no discurso de V. Ex.^a a solidariedade a esta homenagem que presta à figura de Cunha Bueno. Dentre os muitos aspectos da personalidade deste Deputado que honrou o Congresso Nacional, que honrou a Assembléia Legislativa de São Paulo, dentre os seus títulos há um que merece a ser destacado, principalmente quando V. Ex.^a fala numa homenagem a esta figura: é a luta municipalista de Cunha Bueno. Ele foi um dos fundadores da Associação Paulista e, depois, da Associação Brasileira dos Municípios. Usava na sua campanha o chapéu de palha do homem do interior, e era o símbolo da luta municipalista. Realmente, o desaparecimento de Cunha Bueno desfalca também esta importante luta na defesa dos municípios brasileiros. A homenagem que V. Ex.^a presta a Cunha Bueno é uma homenagem que é devida a este homem por todo o Brasil. Com inteira solidariedade nós nos unimos a esta homenagem prestada por V. Ex.^a ao grande parlamentar.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — O aparte de V. Ex.^a, Senador Franco Montoro, é muito significativo, porque é a manifestação de São Paulo àquele figura que não só deixa aberta uma lacuna na vida pública paulista e na vida pública brasileira, mas, sobretudo, desfalca sobremaneira o elenco dos que se dedicam à causa municipalista brasileira.

Sr. Presidente, oportunamente, na data em que for marcada a sessão para homenagear aquela grande figura, falarei da sua vida, da sua obra.

Ao terminar esta minha manifestação, quero dizer que Cunha Bueno morreu feliz; lega aos pósteros uma vida que é um exemplo de trabalho; lega à sua família também um exemplo de padrão de honra. Deixa a substituí-lo a figura do seu filho, que vem caminhando nos mesmos caminhos, que vem trilhando as mesmas trilhas do seu velho pai — Secretário de Estado, Deputado Federal, substituindo no Parlamento a voz do velho Cunha Bueno.

Digo que ele morreu feliz porque feliz encerra a sua vida quem a viveu com dignidade, quem a viveu com honra, quem a viveu com dignidade, quem a viveu com honra, quem a viveu servindo deste País, um homem que honrou as tradições da política de São Paulo, foi uma estrela de primeira grandeza na política nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Aprovado o requerimento, será marcada sessão para homenagear o ex-Deputado Cunha Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Marcos Freire — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal, tendo em vista indagação feita pelo nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — V. Ex.^a tem a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. MARCOS FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Dirceu Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal, já que fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra a V. Ex.^a para uma explicação pessoal.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O relato da situação, pelo Líder do PMDB, foi cristalinamente verdadeira. Nada se pode pôr de objeção ao seu pronunciamento. Não se pode tirar, como se diz na linguagem de Cícero, "nem uma vírgula, nem acrescentar um ponto", exatamente o que se passou.

Quando nos reunimos a estas horas em que o Vice-Líder Lázaro Barboza telefonou para V. Ex.^a, as ordens que S. Ex.^a havia recebido de V. Ex.^a, em Recife, era de que nós nos ausentássemos.

Estávamos na reunião, o nosso Vice-Líder Lázaro Barboza, o nobre Senador Adalberto Sena, o nobre Senador Leite Chaves e eu. Tudo isto que se passou, ontem relatei aqui e relatei na ocasião, aqui, também surpreso com aquele resultado, quando as instruções feitas por V. Ex.^a eram de que nós não dêssemos número para aquele quorum, mas nós demos número — a orientação do nobre Senador Lázaro Barboza, que, aqui, dirigia a Bancada. Mas, exatamente, o que V. Ex.^a falou, para que nós nos ausentássemos e não dâriamos número. Estranhei, na ocasião da votação, como nós iríamos dar número para a votação, contra as suas instruções. Mas o nobre Senador Lázaro Barboza expôs o seguinte argumento: que tinha ouvido do PDS que, se não dêssemos número para aquela votação, eles iriam, num processo em cadeia, submeter ao Senado todos os processos de concessão de empréstimos que tínhamos aqui na Casa, foi S. Ex.^a quem nos transmitiu essa decisão.

O Sr. Lázaro Barboza — É verdade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — A minha decisão, eu não era líder, se fosse líder eu lideraria como V. Ex.^a fez; era o meu pensamento também, exatamente como V. Ex.^a fez, mas a ordem do Vice-Líder foi que nós votássemos aqui com abstenção, foi o que se fez e o que se deu.

Mas manifestei aqui que não admitiria mais a liderança neste sentido, porque era contra os meus princípios. Então, engoliu uma votação em que eu não podia requerer a verificação, porque era a ordem do Líder evitar um mal maior.

V. Ex.^a tem razão, nobre Senador Marcos Freire; nós votamos um processo, um projeto, uma mensagem inconstitucional. Nós quebramos um acordo de liderança, como disse aqui, quando nós lemos um discurso de Epitácio Pessoa, atacando o Governo de Floriano Peixoto, de que "isso aqui não era a presidência de uma casa de tavolagem", nobre Líder, nós baixamos, de fato, os padrões morais desta Casa, porque o acordo que foi feito tinha que ser respeitado a todo transe e foi violentamente rompido porque o PDS reuniu todos os seus Senadores, e eu vim porque V. Ex.^a me avisou, e os outros três também apareceram por acaso, aqui na Casa.

Eu cumpro a orientação do meu Vice-Líder que ouviu V. Ex.^a no telefone, cuja conversa não assisti e não ouvi. Mas acho que V. Ex.^a tem razão inteira, capaz, cristalina, meridiana, solar. Tudo o que me disse no telefone para o meu Estado, era exatamente isso, que nós então não dêssemos número. E eu vim para cá para não dar número; mas a ordem do Senador Lázaro Barboza, que foi o Líder, na votação, era de que nós nos abstivéssemos. Resistimos aqui mas votamos. Ainda pedi a suspensão da sessão por 15 minutos para nós consultarmos a redação final, mas não houve possibilidade, não houve entendimento e, então, se votou.

O que houve, Sr. Presidente, foi isso; a quebra de um acordo de liderança firmado pelos 3 únicos partidos da Casa, que desde 23 de dezembro até 4 de janeiro nada se votaria. Ainda mais, se o Presidente do Senado recebeu a Mensagem do Senhor Presidente da República para eleição do Governador de Rondônia, devia convocar não só o PDS, mas todos os Senadores — convocou os do PDS e não convocou ninguém do PMDB e ninguém do PP.

Então, foi um Presidente que agiu arbitrariamente; ou foi o Presidente da Casa, ou foi o Líder da Bancada. E mais ainda, nobre Líder; se tivesse aparecido a absoluta representação do PDS, nós teríamos votado todos os empréstimos, os 326 empréstimos da Casa, porque com maioria eles nos esmagariam aqui.

Portanto, votou-se o que não se podia votar. Quebrou-se um acordo de liderança; foi o que assistimos na sombria reunião de segunda-feira última, dia 28 de dezembro de 1981.

A Liderança, a Bancada nossa, isto é, o nobre Senador Adalberto Sena, o nobre Senador Leite Chaves e eu, atendemos ao comando do nobre Senador Lázaro Barboza. Dissemos a S. Ex.^a que

não queríamos de maneira alguma participar daquilo mas S. Ex.^a disse que a ordem era essa e que iríamos evitar um mal maior, que era a votação de todos os empréstimos.

Nobre Líder, o que o PDS tinha na cabeça em trânsito era uma idéia; votar todos os empréstimos em sessões contínuas. O fato não ocorreu porque faltaram quatro, e ontem prestei homenagem, não ao nosso Partido, mas aos quatro do PDS que haviam faltado. Esses quatro Senadores é que possibilitaram a votação ficar naquilo que ficou. Se o PDS tivesse aqui 37 Senadores, nós teríamos aprovado aqui, naquela tarde e naquela noite todos os projetos de empréstimos tanto quanto as horas de sessão o permitissem, esse era o pensamento. Portanto, foi vulnerado um acordo, foi rompido um acordo, foi desrespeitado um acordo, não fomos avisados, só avisaram ao PDS. Isso parece, Sr. Presidente, aquilo que eu disse, não o Senado da República, parece a "Câmara Municipal de Santo Antônio do Choca Urubu". O Presidente da Câmara convoca só os seus partidários e os outros que não compareçam, porque não fazem falta à maioria, que é da situação. Esta é que é a situação real.

Devo dizer mais a V. Ex.^a, acho que devíamos dirigir uma mensagem à Mesa. A falta de respeito aos compromissos, uma mensagem em que externássemos a nossa perplexidade, e dizer mais, finalmente: quem assim age não merece mais a confiança dos integrantes das duas Bancadas de Oposição — o PMDB e o PP.

Mas, quanto ao que V. Ex.^a narrou é exatamente a cristalina afirmação do que se passou, do que nos transmitiu e só não foi cumprido porque atendemos às ordens e ao comando do ilustre Vice-Líder Lázaro Barboza que, se não nos deixou pedir verificação, foi porque nos disse que eles pensavam em requerer, em sessões seguidas e subseqüentes, todos os projetos de empréstimos encalhados e engastalhados aqui no Senado da República. Esta é que é a verdade dos fatos.

Acho que V. Ex.^a deve firmar uma manifestação, através de uma mensagem à Casa, dizendo que não podemos ter confiança em quem age dessa maneira. (Muito bem!)

O Sr. Lázaro Barboza — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma explicação pessoal, citado que fui pelo meu Líder Marcos Freire e pelo meu eminente colega Senador Dirceu Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. LÁZARO BARBOZA (Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Eu não pretendo esgotar sequer o tempo regimental para esta explicação de caráter pessoal.

O fato aqui ocorrido na tarde do dia 28 já foi meridianamente objeto das colocações do eminente Líder Marcos Freire e do eminente Senador Dirceu Cardoso.

Nós, Sr. Presidente — e aqui e agora é que vai o cerne das colocações que pretendo fazer — conversando com os três colegas de Partido que aqui se encontravam, arcamos com a decisão de não sairmos, naquele instante, de plenário porque o PDS, que já tinha na Casa 33 Senadores, aguardava no final daquela tarde a chegada do eminente Senador Passos Pôrto, que vinha para Brasília, de automóvel. E era inclusive objeto de colocação dos seus companheiros, estranhando que S. Ex.^a se recusasse a viajar de avião.

Era também pensamento da Bancada governista aproveitar a ausência quase maciça da Oposição nesta Casa, para fazer aprovar. A toque de caixa, já que havia tripudiado sobre o acordo, que não envolvia apenas a palavra empenhada, mas também documentos formais encaminhados à Mesa, todo o rol de matérias que, a juízo da Bancada da Oposição nesta Casa, tem sido muitas delas, objeto do processo de obstrução, porque entendemos, Sr. Presidente, que a maioria delas é contrária aos reais interesses do País.

Ainda ontem Sr. Presidente, eu mal chegava a este plenário, ouvia o eminente Senador Luiz Cavalcante, da Bancada do PDS, que apartava o eminente Senador Teotônio Vilela, quando S. Ex.^a o Senador Luiz Cavalcante, com a seriedade que caracteriza seu comportamento e com uma ponta de ironia, observava, no aparte dado ao nosso eminente colega Teotônio Vilela, que eu tendo, naquele instante, naquela sessão de 28 de dezembro, momentaneamente, sob minha responsabilidade a Liderança da Bancada, tinha entregue os anéis para não perder os dedos. Isto porque também S. Ex.^a já sabia, de antemão, o que poderia acontecer, como eu tinha certeza de que fatalmente viria acontecer naquela noite. Daí porque nos mantivemos em Plenário e já àquela altura, ao final da sessão, um eminente Senador do PDS — mais um Senador do PDS — chegava a Casa e adentrava ao plenário, como que o PDS não tivesse logrado até aquele instante, a aprovação da matéria, que eles tinham invocado como prioritária e como matéria de urgência, urgentíssima, para a queda de um compromisso solene.

A partir daquele instante, Sr. Presidente, não fossem as desesperadas gestões aqui desenvolvidas, certamente a partir de hoje

todos nós já estaríamos, a partir de hoje prontos para regressar as nossas casas, porque os empréstimos internos e externos, às centenas que aqui se encontram, teriam sido aprovados no dia 28 de dezembro, e nenhum Senador pelo menos do PDS, não mais aqui estaria, pois, com relação ao famigerado pacote — o Governo que convocou o Congresso Nacional para apreciá-lo, o Poder Executivo, que detém, nas duas Casas, maioria, acaba de, estranhamente, numa inversão de comportamento, assumir o compromisso de liberar seus Parlamentares — do Governo que sua aprovação por decurso de prazo.

Sr. Presidente, tive oportunidade — tenho a consciência disto — de ter evitado o mal maior. (Muito bem!)

O Sr. Luiz Cavalcante — Sr. Presidente, tendo sido citado nominalmente pelo nobre Senador Lázaro Barboza, peço a palavra, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante, para uma explicação pessoal.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O meu propósito, meus eminentes colegas, é apenas repetir para aqueles que não estavam aqui na sessão a que o Senador Lázaro Barboza se referiu, repetir o aparte que dei ao Senador Teotônio Vilela, meu conterrâneo, no dia de ontem.

Estando aqui no dia 28, repetindo, na verdade me surpreendi com a felicidade com que, na tribuna, o Senador Lázaro Barboza rechaçou o argumento dos meus Líderes e Vice-Líderes. De ordinário, o Senador Lázaro Barboza é sempre um homem brilhante na tribuna, fala com uma desenvoltura — eu que vivo tropeçando nas palavras, eu que o invejo, meus eminentes colegas. Mas naquele dia, 28 último, V. Ex.^a se excedeu. Na minha opinião, foi o momento mais feliz do Senador Lázaro Barboza na Tribuna deste Senado. Porque não somente ele foi duto, destruindo, a meu ver, com superioridade a argumentação dos meus Líderes, como também ele foi prudente.

Estamos sempre — e aqui repito mais uma vez — jogando pedras daqui para lá e de lá para cá, é este eterno pingue-pongue. E o Senador Lázaro Barboza, parece-me, teve como objetivo não contribuir para a continuação deste atirar de pedras, preferindo, já que estava eventualmente, na Liderança do seu Partido, não arcar com a responsabilidade de romper o diálogo iniciado.

Repito a V. Ex.^{as} Não me satisfiz com as explicações do meu Líder. Acho que de certo modo, o acordo foi rompido. Mas não considero a nomeação do Governador de Rondônia um fato transcendental, polticimante falando. S. Ex.^a foi um homem, todos sabem — eu não sou amazonense — e pelo que sei, jamais Manaus conheceu um prefeito tão dinâmico, tão feliz em sua gestão quanto esse Coronel que agora foi nomeado para o Governo de Rondônia.

O Sr. Marcos Freire — Não estavam em jogo as qualidades do Coronel, o que estava em jogo era o processo de escolha de governador, pois é princípio programático nosso não admitir eleições indiretas.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Isso na ótica de V. Ex.^a

O Sr. Marcos Freire — É a da Oposição.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — Mas na ótica do Senador Lázaro Barboza, como também na minha, e participando do entendimento de que o acordo foi rompido, não foi mantido, mas há circunstâncias que amenizam. Não me parece que houve um golpe, uma premeditação, apenas, de repente, se lembraram e criaram essa figura. Queria agora, meus amigos, ter autoridade — mas não tenho, senão essas dos meus 69 anos — para fazer um apelo a V. Ex.^{as} para que sepultem esse equívoco, esse mal entendido e, inclusive, sepultem no próprio arrabal de V. Ex.^{as} Porque, sinceramente, o Senador Lázaro Barboza, no dia 28 elevou tanto e tanto a condição de Senador pelo PMDB, sinceramente, que só isso merecia, digamos, o sacrifício deste sepultamento a que estou apelando. E mais nada tenho a dizer.

Muito obrigado a V. Ex.^a (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Eunice Michiles — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Humberto Lucena — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Nelson Carneiro — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — José Caixeta — Benedito Canelas — Saldanha Derzi — Leite Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 4, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 12, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 13 e 14, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

Em votação o projeto.

Tem a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Anunciou V. Ex.^a a presença de 47 Srs. Senadores na Casa e pelo aspecto das nossas bancadas temos aqui o número mínimo para sustentação da sessão. Alguns Senadores já se acham cansados e dou razão ao PDS, eles têm que estar mais cansados, porque vieram aqui dia 28 e 29, isso foi um excesso que exauriu suas forças.

Então, Sr. Presidente, não vai haver número para votação. Mas quando vimos, por exemplo, o nobre Senador Dinarte Mariz, deslocar-se, de madrugada, lá da Fazenda Solidão, dos confins do Rio Grande do Norte, para pegar o avião em Natal, chegar aqui e votar, cumprindo seu dever, nós temos que enaltecer essa viagem cívica de S. Ex.^a

Mas, Sr. Presidente, já não vejo nem mais os 11 para sustentar a sessão e eu encaminhei um requerimento de adiamento da discussão e peço a V. Ex.^a que o leia.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Dirceu Cardoso, lamento informar a V. Ex.^a que o requerimento não foi lido, nós já estamos em fase de votação e V. Ex.^a já está encaminhando a matéria.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Mas tem aí o requerimento, não tem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Não. Não há aqui nenhum requerimento de V. Ex.^a referente a esta matéria.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Desculpe, Sr. Presidente, são tantos os requerimentos que apresentamos que não tenho aqui as anotações.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Lamentavelmente, aqui na Presidência, não encontro nenhum requerimento.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Está bem. V. Ex.^a nos inspira confiança, mas alguns Presidentes, não.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Eu agradeço a V. Ex.^a

O SR. DIRCEU CARDOSO — Infelizmente somos obrigados a dizer isso, já que não se cumprem acordos e fazem votação só para o lado de lá, para a direita, para a esquerda, não. A esquerda não é chamada. Esse tratamento incomum, esdrúxulo, dispar na Casa... Então, Sr. Presidente, temos aqui a votação do projeto que atende a solicitação do Município de Potirendaba, em São Paulo, no valor de 6 milhões, 17 mil, 802 cruzeiros e 61 centavos, fazendo parte de uma pauta, Sr. Presidente, onde estão 10 pedidos de empréstimos num total de 3 bilhões, 615 milhões, 44 mil, 432 cruzeiros e 30 centavos.

Isto, Sr. Presidente, na pauta de hoje. Mas a nossa pauta já chegou a admitir no seriado nos seus itens um volume de 36 bilhões de cruzeiros, numa só sessão. Hoje estão modestos. Depois, Sr. Presidente, da votação do Governador de Rondônia, da votação da redação final do empréstimo para Mato Grosso e de Goiás afrouxou. A Presidência e a Secretaria da Mesa estão economizando forças ao invés de seriarem aqui 20 ou 30 empréstimos, no último dia, 38, hoje só seriaram 10. Também estão colaborando conosco os ilustres funcionários da Secretaria da Mesa a quem o Senado às vezes deve serviços anônimos, mas que prestam relevantes serviços à Casa, quando não agem sempre, Sr. Presidente, a favor da Presidência contra a Oposição. Quando não agem indefectivelmente a favor da Presidência e contra a Oposição.

Sr. Presidente, desses pedidos de empréstimos que montam portanto a dez, no valor de 3 bilhões e 600 milhões, são 3% dos empréstimos que estão em tramitação nesta Casa. São 326 empréstimos. A descarga de empréstimos que o Senado vai dar, que pretende dar, e que o PDS está craniando uma sessão em que a sua

maioria maciça possa esmagar de fato a Oposição, são de 326 empréstimos. Sr. Presidente, o montante de dinheiro vai abalar o Brasil. Aquele decreto do Senhor Presidente da República, criando 180 bilhões de ORTNs para atender o rombo da Previdência Social, é modesto diante do que nós vamos criar. Aquilo que o Presidente da República pensando durante meses passando noites em claro, de atormentadas horas para ver se punha mais uma taxa, aumentava taxa dos aposentados, Sr. Presidente, isso é modesto diante do que o Senado Federal vai liberar. São bilhões de cruzeiros, bilhões de dólares em 81 e agora em 82.

Então, Sr. Presidente, achamos nós e os que ouviram ontem o programa do ilustre Presidente do Banco Central, Dr. Carlos Langoni, no programa Globo Revista, da TV Globo, às 11 horas da noite, em que ele disse que nós devíamos limitar esses gastos. É uma obra de brasilidade, é um serviço à Nação nós limitarmos esses gastos, limitarmos esses créditos e empréstimos. Os que ouviram o programa do Sr. Carlos Langoni não de ver que a nossa política aqui, Sr. Presidente, é uma política em bem do País. Se nós liberarmos essa soma de dinheiro, Sr. Presidente, a inflação vai subir outra vez para os 3 dígitos. Se a inflação diminuiu o Senado Federal correu para isso porque não votou os 326 empréstimos que estão aí. Se a inflação caiu de 100 para 95%, Sr. Presidente, uma das variáveis que fizeram a inflação baixar, uma delas, foi a não votação pelo Senado Federal dos bilhões de cruzeiros e dos bilhões de dólares que Estados e Municípios pedem ao Senado nestas horas sombrias em que o povo está sendo garroteado por esta inflação desenfreada. Em uma dessas variáveis, nós aqui somos os responsáveis; ninguém lá fora disse isto, porque não quer render homenagem a esta Casa.

A queda da inflação engloba muitas variáveis e uma delas é esta, representada por todo esse dinheiro, três vezes o que a Casa da Moeda emitiu em 81, e mais os cento e oitenta bilhões que o Senhor Presidente da República pediu para cobrir o rombo do INPS. Tudo isso é fraco, diante do que nós vamos liberar aqui, em recursos, para os Estados e Municípios, no ano eleitoral, em que o pacote de abril está esmagando a Oposição. Nós vamos ter, nos quatro mil municípios brasileiros, uma massa de prefeitos do PDS eleitos pelo poder deste dinheiro. Parte deste dinheiro, Sr. Presidente, será entregue nas eleições de 15 de novembro. Os planos que estudamos aqui não cobrem todo o dinheiro que está sendo solicitado ao Congresso e ao Senado Federal.

Portanto, no ano eleitoral, como ouvimos pela palavra do nobre Senador Pedro Simon — palavra desencorajadora — nós somos heróis, nós somos os guerrilheiros da Câmara e do Senado, sustentando essa democracia. Não são eles, somos nós que a sustentamos, com o nosso sacrifício, com o nosso couro, o couro que eles nos tiram no interior e, em alguns casos, Sr. Presidente, com o nosso sangue, de amigos nossos que lutam no interior e que são lá arcabuzados miseravelmente, porque estão na Oposição, sem um soldado para cobrir a sua atuação, para proteger a sua vida; sem um! Quando eu faço esta referência é porque no meu Estado ocorre esta situação.

Ouvi, nos dias de novembro, um pedido de alta figura da República para que eu passasse para o PDS. E eu disse a essa pessoa, cujo nome não citarei, o seguinte: "A minha passagem para lá seria ignorar amigos meus que foram mortos na minha campanha, cujas viúvas não posso encerrar, agora, quando voltar aos seus Municípios para uma campanha eleitoral; eu, ao lado daquele trabuco que matou o seu marido ou o seu pai."

Há sangue derramado na nossa campanha, como na de V. Ex.^a em Minas, como em Goiás, no Acre e em Mato Grosso. Há amigos denodados, amigos destemidos que enfrentam nos comícios, na campanha de perseguição, o poder armado dos governos municipais, estaduais e federal, e pagam, às vezes, com a vida.

Eu tenho vários amigos, na minha campanha, que morreram arcabuzados por essas autoridades desatinadas. Então, convoco de novo a Oposição, para não soltarmos esses empréstimos, como este de Potirendaba, que aqui entrou em novembro de 1980, e até hoje não foi aprovado graças à obstinada resistência da Oposição, que aqui tem se posicionado contra esses empréstimos.

Agora, no ano eleitoral, prefeitos e governadores vão abandonar o governo daqui a três meses: são três meses apenas para abandonar o governo; e parte desse dinheiro — não todo; não vou fazer esta injuriosa increpação — grande parte desse dinheiro será empregada contra nós, nos municípios, nos Estados, para nos esmagar nas eleições.

De um lado, o dinheiro que estamos liberando; de outro, esse pacote famigerado que está nos tirando as condições de participar das eleições. Nós é que devemos ser homenageados pelo povo brasileiro porque somos os heróis dessa campanha, os heróis dessa jornada. Não é o Senhor Presidente da República, nem os seus Ministros, nem o chefe do PDS; não! Somos nós da Oposição, porque enquanto nós existirmos haverá neste País ainda uma espécie, uma visão longínqua de que há democracia, há participação, há eleição; uma eleição condicionada, mas há.

Ontem, era o Governador de bolso de colete que era imposto em todos os Estados. Hoje, vai ser o Governador indireto por via direta, Sr. Presidente, quase igual ao do bolso do colete, que vai ser imposto a todas as comunidades brasileiras, nos quatro mil municípios e nos vinte e três Estados da Federação.

Assim, Sr. Presidente, cada vez mais se me arraiga na alma, no meu espírito, no meu caráter esta resistência contra os empréstimos. Agora, então, demais, pois em qualquer deles vai ser parte do dinheiro empregado contra o meu correligionário, sem proteção nenhuma, Sr. Presidente, desvalido, esquecido pelo nosso Partido, esquecido da nossa proteção, órfão da nossa proteção, sem a proteção e a garantia de um soldado de polícia do interior do Estado. Tudo isso vai ser jogado contra nós, para que nós possamos trazer aqui ao Senado 10 ou 15 Senadores, ou 5 ou 6, reeleitos depois desta campanha tremenda que nós temos que enfrentar, com pacotes, pacotões e mais pacotes que vêm por aí.

Assim, Sr. Presidente, mantenho a mesma posição, no dealbar desta jornada que hoje se inicia, de apreciação dos empréstimos, e faria votos para que nós aprovássemos somente uns 10 ou 12, até o encerramento desta sessão extraordinária. Seria a homenagem que prestaríamos aos heróicos, destemidos e bravos companheiros do interior, aos bravos companheiros.

Sou um homem do interior, Sr. Presidente e já disse, aqui, que não sou Senador; sou um caboclo da minha taba, disposto a tudo, enfrentado delegados violentos e arbitrários, proibindo os comícios, ou melhor, tentando proibi-los e tendo que dizer aos delegados: "Sr. Delegado, vá buscar a sua força, venha dissolver o comício, a pancada e a tiros; mas, com palavras, não! Ele vai se realizar e é agora." E começava, com o homem ainda conversando conosco.

Eu temo, Sr. Presidente, que nós vamos enfrentar uma luta tão desigual. E 18 anos não bastaram ainda; eles vão querer mais 5, mais 10, para consolidar o que está aí. Mas, nós merecíamos a homenagem da Pátria agradecida, nós da Oposição. Encontramos todas as dificuldades para realizar a nossa campanha.

Sr. Presidente, vamos aparecer apenas com um retratinho e o nosso nome na televisão, só! Senador Fulano de tal, com nome e o Partido em baixo, só. Não teremos mais tempo nenhum. O nosso Ministro da Justiça, contrarrevolucionário de V. Ex.^a e nosso amigo, está preparando isto para nós. A Lei Falcão vai mudar; vai ficar "Falcãozinho", um falcão maior ainda do que está, Sr. Presidente. É isto que nós teremos que enfrentar. Os que entrarem nesse Partido assinam esse atestado: vamos enfrentar muita dificuldade, como nunca talvez tenhamos enfrentado, porque o que se quer é esmagar a Oposição.

Sr. Presidente, diante dessas considerações, contra esse empréstimo para Potirendaba, pequeno, mas contra.

Vou requerer verificação, o que devia ter feito naquela reunião, mas, a orientação da Liderança foi outra, de acordo com o nobre Senador Lázaro Barboza, que viu fantasmas e, hoje, com a declaração do nobre Senador Luiz Cavalcante, possivelmente, tenha de fato, na sua orientação, descoberto uma ação violenta, que hoje nós estaríamos arrependidos. Hoje, Sr. Presidente, era possível que nós não tivéssemos condições de frequentar o Senado, se tivéssemos aprovado tudo aquilo que se pensava e aqui tivessem vindo quatro Senadores, cujos nomes vou dizer: Hugo Ramos, Luiz Fernando Freire, Passos Porto e Amaral Furlan. Esses quatro, Sr. Presidente, possibilitaram aquela ação que Lázaro viu, no branco do olho dos ilustres Senadores do PDS, querendo esmagar tudo de uma vez, todos os empréstimos passarem sobre o nosso peito, esmagando-nos.

Sr. Presidente, sou contra o empréstimo de Potirendaba e vou requerer verificação de quorum. (Muito bem!)

O Sr. Luiz Cavalcante — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante, para encaminhar a votação.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A nossa Ordem do Dia de hoje contém, justamente, precisamente, dez projetos, dez itens de empréstimos aos municípios. E, desses dez empréstimos pleiteados, sete são com recursos oriundos do BNH e três são oriundos de recursos provenientes da Caixa Econômica Federal, do Fundo de Assistência Social, o chamado FAS. Então, Sr. Presidente, perdoem-me a imodéstia os meus colegas, mas eu pretendo tentar provar que esses dez empréstimos, com recursos do BNH e da Caixa Econômica, não rendundam absolutamente em nenhum aumento da inflação. Ou, para não ser exagerado, em substancial aumento da inflação, um mínimo da inflação, talvez.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, precisamente no dia 28 de outubro, os jornais — tenho recortes de todos os principais jornais do Rio de Janeiro, de São Paulo e aqui de Brasília — os jornais noticiaram a resolução do Conselho Monetário Nacional da véspera,

portanto, do dia 27, suplementando em 235 bilhões o orçamento monetário do ano passado, precisamente, 235 bilhões e 730 milhões de cruzeiros.

Fiz uma compilação, dos jornais, para andar mais rapidamente e este dinheiro teve a seguinte destinação: destinava-se a financiar exportações, reforçar o FUNEX, o Fundo de Financiamento das Exportações, acelerar o Programa Nacional do Alcool, reforçar o plano de recuperação de cafezais atingidos por geadas, concedendo incentivos à agropecuária, e algum recurso ao BNH, Programa de Interesse Social e Plano Nacional de Habitação.

Para o financiamento das exportações, que era o grosso aqui do objetivo da suplementação, foram destinados 25 bilhões de cruzeiros, além de 400 milhões que o orçamento monetário de 1981 já consignara.

Então, em seguida para o PROALCOOL, que tinha inicialmente 45 bilhões e, em junho, foi reforçado com 60 bilhões, agora, no dia 23, o Conselho Monetário entendeu de dar um reforço de mais 10 bilhões de cruzeiros. Perfazendo, assim, 115 bilhões para o PROALCOOL, no ano passado.

Para recuperação de cafezais, foram alocados precisamente 79 bilhões e 800 milhões de cruzeiros. O Conselho Monetário aprovou também a concessão, pelo Banco do Brasil, a fundo perdido, de 10 milhões ao Comitê Executivo de Linhas Pioneiras de Navegação Marítima, e também autorizou ao BNH a subscrever ações do Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo, o chamado BIAPE, para financiamento de materiais de construção, de Empresas Brasileiras a Países da América Latina, num total de 5 bilhões e 100 milhões de cruzeiros.

A Caixa Econômica Federal foi também autorizada a elevar em 54 bilhões e 700 milhões o total de seus empréstimos e financiamentos. Foi ela quem entrou com os já mencionados 25 bilhões para o reforço do fundo de exportação.

Aos programas de interesse social do BNH foram destinados, destes 235 bilhões, apenas 9 bilhões e 400 milhões de cruzeiros. Nesses programas, incluem-se empréstimos a Estados e Municípios de todo o Brasil, como também empréstimos às muitas centenas de instituições privadas de beneficência consideradas de interesse público, que tenham o mesmo tratamento dos municípios. Esses 9,4 bilhões correspondem apenas a 4% dos 235 bilhões do reforço total.

Mas não significa, Srs. Senadores, de modo algum, que esses 235 bilhões, autorizados pelo Conselho Monetário Nacional, tenham exigido uma correspondente emissão de moeda. O Conselho Monetário Nacional apenas dilatou os limites de crédito, principalmente quanto à Caixa Econômica e ao BNH, os novos acréscimos não acarretaram emissão alguma.

Vamos ver, agora, a situação particular da Caixa Econômica e do BNH, em matéria de recursos. Todas as grandes revistas e jornais do Brasil publicaram esse vistoso anúncio, que tirei da *Manchete*, de 7 de novembro, da Caixa Econômica: "Um trilhão na Caixa". E diz aqui que os depósitos de poupança, na Caixa Econômica Federal, atingiram a 1 trilhão, em julho de 1981.

O Boletim do Banco Central, de outubro, também diz que os depósitos de poupança em setembro, em todo o sistema de poupança nacional e não somente na Caixa Econômica, tinham se alçado a 1 trilhão e 956 bilhões de cruzeiros. E agora já se sabe, embora em caráter aproximado, que os depósitos de poupança nas diversas cadernetas ficaram na orla dos 2 trilhões e meio no ano de 1981. Vejam que caudal de dinheiro tinha a Caixa Econômica. O que ela ia fazer com esse dinheiro? Deixar lá? Não, tem que prestar para render mais. Foi isso que fez a Caixa Econômica; Caixa Econômica, instituição de crédito, é para isso.

Foi tal a afluência à Caixa Econômica para depósitos de poupança, que apressadamente as agências da Caixa Econômica do Rio de Janeiro e de São Paulo, tiveram que abrir postos exclusivamente para receberem depósitos de poupança.

Tenho em mãos o *Jornal do Brasil*, de 31 de outubro, mostrando que na cidade e no Estado do Rio de Janeiro foram abertos — e dá os endereços — 17 postos da Caixa Econômica para receberem depósitos de poupança. Em São Paulo, segundo *O Estado de S. Paulo*, do dia 31 último, foram abertos 20 novos postos para recebimento de depósitos de poupança, tal a afluência. Se nos depósitos de poupança no ano atrasado — 1980 — o rendimento de poupança não foi menor que a inflação, no ano passado, as cadernetas de poupança foram, depois de alguns dos chamados *blow cheques*, os únicos depósitos que deram rendimento acima da inflação; deram rendimento de 110%, enquanto que a inflação ficou em 95%. Então, justifica-se essa tremenda afluência às cadernetas de poupança.

De tal modo o BNH e a Caixa Econômica estão com excesso de liquidez, que o Diretor da Dívida Pública, Sr. Claudio Haddad, no dia 11 de novembro último, disse pelos jornais — estou com um

recorte do *Jornal do Brasil* — que, "dado o excesso de papel-moeda naquelas instituições, a Caixa Econômica Federal e o BNH deverão contribuir com o orçamento monetário, aplicando em títulos federais". Então, era tal o excesso de dinheiro que ia comprar títulos federais e foi realmente o que fez.

Já este ano, o orçamento monetário de 1981 fixa que a Caixa Econômica deve entrar com 100 bilhões de cruzeiros para reforçar o fundo de financiamento das exportações, e o BNH deve entrar com 60 bilhões de cruzeiros para reforçar o mesmo fundo.

Vejam, então, como esses dois estabelecimentos, que são bases para esses empréstimos, têm uma afluência tal de capitais que estão desviando para funções outras que não aquelas específicas para as quais eles foram criados.

Já vimos que o orçamento de 1982 prevê que a Caixa Econômica destinará 100 bilhões para o financiamento das exportações, como eu já disse, e o BNH será obrigado a concorrer com 60 bilhões.

O BNH, é preciso dizer, integra o sistema financeiro não monetário, que manipula preponderantemente haveres não monetários isto é, letras imobiliárias, depósitos de garantia de tempo de serviço, títulos da dívida pública e outros que tais, ou sejam, justamente aqueles haveres que têm função contracionista, e não função expansionista dos meios de pagamentos. Não há, pois, porque tais empréstimos sejam taxados de inflacionários.

E mais, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tenho uma declaração do Sr. Ariel Pádua, um dos assessores do Banco Nacional da Habitação, onde ele afirma que o BNH até julho do ano passado, havia empregado 1 trilhão e 800 bilhões em aplicações diversas.

Vejam bem, 1 trilhão e 800 bilhões. Este número é muito importante, porque os números ainda não são definitivos, o número final não é definitivo, mas os especialistas calculam que as emissões totais no ano passado não passaram de 244 bilhões de cruzeiros. Vamos arredondar para 250 bilhões de cruzeiros as emissões totais. Pois bem: só o BNH aplicou 1 trilhão e 800 bilhões, cinco ou seis vezes mais do que isso.

Com isso, quero dizer que de maneira nenhuma significa que para cada empréstimo do BNH ou da Caixa Econômica, haja uma correspondente emissão de dinheiro, absolutamente. Está provado aqui que isto não tem nenhuma significação.

Agora, o que influiu para a inflação — é o Sr. Carlos Langoni quem o diz e está aqui no *O Globo* do dia 23 de dezembro de 1981 — as causas da inflação, o que ele chamou de estouro do orçamento monetário:

"Brasília (*O Globo*) — O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, informou ontem que chegou a Cr\$ 126 bilhões o total pago pelo Banco Central referente a amortização de empréstimos externos contraídos por empresas estatais que não honraram esses compromissos."

Então, 126 bilhões de empréstimos de empresas estatais que não pagaram e o Banco Central teve que honrar.

São palavras dele, ainda:

"aos Cr\$ 61 bilhões gastos na compra de café pelo Governo, ao déficit de Cr\$ 100 bilhões do INPS junto aos bancos privados e aos Cr\$ 46 bilhões de recursos adicionais para o proálcool."

Enfim, Srs. Senadores, para não ir longe, pois o Sr. Presidente já me advertiu duas vezes e não precisa fazê-lo uma terceira vez, as estatais, sim, é que são o grande vilão inflacionador, por que o seu orçamento do ano passado, que está aqui, de 6 trilhões e 844 bilhões, na verdade esse orçamento alcançou a 8 trilhões e 700 bilhões quase 2 trilhões a mais, e o orçamento deste ano vai a quase 17 trilhões de cruzeiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem!)

O Sr. Dinarte Mariz — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz, para encaminhar a votação.

O SR. DINARTE MARIZ (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Depois do brilhante e oportuno discurso do nosso colega por Alagoas, talvez o mais organizado de todos nós nesta Casa, sempre com o seu talento, suas observações e, sobretudo, sua autoridade quando trata de assuntos sérios como costuma tratar, acho que me animei a dirigir algumas palavras à esta Casa e, conseqüentemente, tratar de assuntos que são relativamente idênticos ao que ele tratou, uma vez que também se trata de assunto econômico.

Quero me referir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao caso do Nordeste. Quanto às cifras já esboçadas no discurso do nobre Se-

nador por Alagoas me anima a daqui fazer um apelo, já que estamos discutindo empréstimos, já que estamos discutindo emprego de capitais, tenho a impressão que nada mais oportuno do que apelarmos para o Governo nesta hora, para que volte um pouco as vistas para o Nordeste, onde há carência absoluta de recursos, ou seja, de dinheiro para emprestar no setor da produção.

Estamos já em janeiro e o preço mínimo do algodão sempre saiu em novembro, no mês de novembro tínhamos sempre o preço mínimo para a safra futura, pois é a época do preparo da terra, já se avizinhamo a semeadura e até agora não tivemos ainda o preço mínimo do algodão. Há poucos momentos falei com o Sr. Ministro da Agricultura e falo sobre o algodão, porque é, realmente, do que vive a nossa região, a minha região, a região do Seridó, no Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Nobre Senador, peço a V. Ex.^a que se restrinja à matéria que está em votação.

O SR. DINARTE MARIZ — Tenho a impressão que V. Ex.^a deveria anotar os discursos do meu nobre colega pelo Espírito Santo, o meu querido amigo Dirceu Cardoso, porque S. Ex.^a sempre aproveita as oportunidades, principalmente quando se trata de um assunto sério como o que estou tratando. Estou tratando de um assunto sério, é um apelo ao Governo para que venha imediatamente em auxílio dos plantadores de algodão do Nordeste, porque esses empréstimos que estamos votando e contra os quais tenho dado o meu voto sistematicamente nesta Casa, por orientação da Maioria, tenho a impressão de que ele poderia muito bem, depois da exposição do nosso eminente colega por Alagoas, mostrando o dinheiro que está sobrando e que está exigindo ser empregado em outros setores, que também vá um pouco para o Nordeste.

E daqui dirijo um apelo ao Ministro da Agricultura, para que, o quanto antes, mande publicar aquilo que nós tanto estamos carecendo, que é a orientação para o preço mínimo do algodão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Dirceu Cardoso (PMDB — ES) — Sr. Presidente, peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Será feita a verificação solicitada.

Solicito aos Srs. Senadores que ocupem os seus devidos lugares, a fim de que possamos fazê-la pelo processo eletrônico de votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Procede-se à votação.

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Amaral Peixoto
Humberto Lucena
João Calmon
Luiz Cavalcante
Octávio Cardoso

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena
Dirceu Cardoso

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Votaram "SIM" 5 Srs. Senadores; "NÃO" 2 Srs. Senadores.

Não houve "quorum". Fica adiada a votação do projeto, juntamente com os demais itens da pauta de hoje.

Verificada a inexistência do "quorum" mínimo regimental para o prosseguimento da sessão, a Presidência irá declarar o encerramento dos nossos trabalhos, designando para a sessão de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

I

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 4, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 12, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 13 e 14, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 5, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 15, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 16 e 17, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 6, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 18, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 19 e 20, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 38, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 279, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 280 e 281, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 60, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 396, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 128.968.800,00 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob n.º 397, de 1981, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 101, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 675, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Mació (AL) a elevar em Cr\$ 130.213.939,45 (cento e trinta milhões, duzentos e treze mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros e quarenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 676 e 677, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 102, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 678, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a elevar em Cr\$ 526.716.000,00 (quinhentos e vinte e seis milhões, setecentos e dezessete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 679 e 680, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 99, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 673, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 966.300.000,00 (novecentos e

sessenta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob n.º 674, de 1981, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 188, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 1.116, de 1981), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.435.641.087,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e um mil e oitenta e sete cruzeiros), tendo

PARECER, sob n.º 1.117, de 1981, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

(Dependendo da votação do Requerimento n.º 2, de 1982, do Senador Dirceu Cardoso, de adiamento da votação para a sessão de 7-1-82.)

10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 92, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n.º 613, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Arari (MA) a elevar em Cr\$ 4.228.000,00 (quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 614 e 615, de 1981, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Franco Montoro; e

— de **Municípios**, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento n.º 3, de 1982, de autoria do Senador Dirceu Cardoso, de adiamento da votação para a sessão de 7 do corrente.)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.)